

FÓRUM DO PINHEIRINHO

Revista

Aproximação

Juizados Especiais

Autocomposição

Cidadania

2ª Vice-Presidência do TJPR

FÓRUM DE SANTA FELICIDADE



JUIZADOS ESPECIAIS

ANOS



Editorial



Caras Amigas e Caros Amigos,

“Os 20 Anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário”.

Esse é o mote do projeto que a 2ª Vice-Presidência elaborou para o segundo semestre deste ano, contemplando diversas iniciativas, dentre as quais se insere esta 2ª edição da Revista Aproximação.

Neste momento, faz-se imprescindível visitar o passado, traçando a evolução histórica do Sistema desde 27 de setembro de 1995, data da publicação da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que entrou em vigor 60 dias depois.

Aceitando o desafio de viajar no tempo, em exercício de retrospectiva que exigiu meses de trabalho, a equipe da 2ª Vice-Presidência produziu um vídeo institucional e uma exposição a que se somarão depoimentos e documentos históricos que serão apresentados ao longo deste ano.

Ciente da importância das realizações do passado, mas voltada aos desafios do presente e projetando um futuro melhor, a 2ª Vice-Presidência propõe a renovação do ideário inaugural da Lei 9.099, incentivando a contribuição de todos para a construção de um Sistema de Juizados Especiais cada vez mais inclusivo, simples, informal, célere e eficiente.

Há desafios enormes pela frente, especialmente no que respeita às políticas judiciárias da automposição e de cidadania, para que efetivamente garantidos os direitos fundamentais dos brasileiros.

Com respeito à memória, trabalho árduo no momento presente e sem medo do futuro, estejamos juntos na construção dessa Nova Justiça!

Abrço cordial,
Fernando Wolff Bodziak
2º Vice-Presidente do TJPR

Índice

Juizados Especiais: 20 Anos de dedicação à população.....	02
Deliberações do CSJEs	05
Tratativas entre o TJPR e o CAOPCON	05
Fóruns Descentralizados	06
Redescobrimo os Juizados Especiais.....	07
TJPR recebe Comitivas de outros Estados.	08
Deliberações do NUPEMEC	09
Voluntários contribuem para resultados positivos do CEJUSC de 2º grau.....	09
NUPEMEC atua na formação de novos Mediadores e Conciliadores Judiciais.....	10
Semana Nacional da Conciliação	11
TJPR participa do FONAMEC.....	11
TJPR realiza Convênios com Faculdades ampliando as Ações dos CEJUSCs	12
Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola	13
Geração Atitude Retoma as Atividades	13
Visita ao Tribunal dos alunos do IFPR	14
APAC de Barracão.....	14
Juizado Móvel de Trânsito.....	15
Combate à Evasão Escolar	15
Resgatando Vidas.....	16

Expediente

Supervisor-Geral
Desembargador Fernando Wolff Bodziak
Juiz Coordenador
Fábio Ribeiro Brandão
Coordenação-Geral
Durval Pacheco de Carvalho Neto
Cíntia Cristina Martins Ferreira
Coordenadora de Comunicação
Marília Seeling
Colaboradores desta Edição
Cláudia Leitner
Cleverton Bueno de Oliveira
Gustavo Pielak Kuinsler
Jair Toniai Filho
Juliane Dalcanale
Lígia Maria Mazzo Werner
Luana Thais Kessler
Maria Luiza Mendes Xavier Vianna
Ricardo Kaehler Meister

Juizados Especiais: 20 Anos de dedicação à população



Publicada no dia 27 de setembro de 1995, a Lei nº 9.099 completou, em 2015, seu aniversário de 20 anos. Com um Sistema que revolucionou o Judiciário brasileiro, os Juizados Especiais prestaram, ao longo de todos esses anos, relevantes serviços à população. A lei representou um considerável avanço para a concretização do acesso à Justiça, na medida em que permitiu que as pessoas passassem a buscar soluções para seus conflitos cotidianos de forma fácil, rápida, eficiente e gratuita.

Diante de tantos destaques, o Tribunal de Justiça do Paraná, através de sua 2ª Vice-Presidência, não poderia deixar de comemorar a data. Unindo a homenagem ao momento de importantes transformações do Judiciário, com o estímulo e fortalecimento dos métodos autocompositivos de solução de conflitos, foi lançado o projeto: “20 anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário”, que conta com o apoio institucional da Caixa Econômica Federal, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).

Celebrando os 20 Anos

O primeiro grande marco do Projeto foi o evento comemorativo realizado no dia 29 de setembro. Autoridades do Tribunal de Justiça, magistrados e servidores participaram de uma solenidade. Na ocasião, foram homenageados todos os 2ºs Vice-Presidentes, com a inauguração de uma galeria de fotos e, ainda, premiados os vencedores do Concurso de Artigos Jurídicos.



Os pioneiros do Sistema foram lembrados através de um vídeo institucional, que apresentou depoimentos históricos, e das palavras do 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, que enalteceu a dedicação e o esforço de todos os magistrados e servidores. "Essas duas décadas da Lei nº 9.099 precisam ser comemoradas. É importante que o Tribunal de Justiça do Paraná reconheça o trabalho de valorosos magistrados, servidores, juízes leigos, conciliadores e estagiários, que atuaram ao longo de todos esses anos no âmbito dos Juizados Especiais. Fica aqui o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento pelo esforço de todos esses profissionais que fizeram com que o Sistema desse certo", destacou o Desembargador.

Dentre os homenageados pelo pioneirismo no Sistema estão os Desembargadores: José Laurindo de Souza Netto, Joeci Machado Camargo, Denise Kruger Pereira, Roberto Portugal Bacellar, Athos Pereira Jorge Júnior, Marcos Sérgio Galliano Daros, Tito Campos de Paula, Francisco Luiz Macedo Junior, Luis Carlos Xavier, Jorge de Oliveira Vargas, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Gilberto Ferreira, além dos juízes Lourival Soares dos Anjos, Ary Sperandio Júnior e Haroldo Sagboni Montanha Teixeira.

O Projeto 20 anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário

Além de promover a celebração da data, o projeto "20 anos dos Juizados Especiais e os Novos Desafios do Poder Judiciário" possui uma série de atividades que pretende traçar novas ações para o futuro do Sistema.

Uma delas é replicar o programa "Redescobrimo os Juizados Especiais", desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem por objetivo resgatar os princípios da Lei nº 9.099/95.

Outra ação que vem sendo desenvolvida é a identificação de boas práticas promovidas no Paraná, no âmbito dos Juizados Especiais, da Autocomposição e de Cidadania. O propósito é divulgar e valorizar tais iniciativas para, inclusive, permitir que sejam replicadas em outras localidades.



A 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação também foi incorporada ao projeto. A Campanha de mobilização, promovida anualmente pelo CNJ, envolve todos os Tribunais brasileiros, responsáveis por selecionar os processos que tenham possibilidade de acordo.

Como encerramento das atividades de comemoração dos 20 anos será realizado o V Encontro de Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná (EMAJEP), e o I Encontro Paranaense dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (EPACEJUSC) nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, em Foz do Iguaçu. O objetivo desses eventos é fomentar a discussão de temas relevantes para os Juizados Especiais e para os CEJUSCs, contando, inclusive, com a participação de importantes juristas brasileiros entre os palestrantes.

E para que todas essas atividades sejam realizadas e divulgadas, foi criada uma página eletrônica disponível no site do Tribunal de Justiça do Paraná (www.tjpr.jus.br/web/juizados-20-anos). O espaço contém uma série de informações, o calendário das ações propostas, como forma de manter diálogo e prestar contas com todos os envolvidos no Sistema.



A História Preservada

Outra preocupação do projeto foi resgatar a história dos Juizados Especiais e documentá-la. Para tanto, foi criado um grupo de estudos que permanece trabalhando no sentido de reunir documentos, fotos e depoimentos de magistrados e servidores pioneiros.

O material recolhido já foi utilizado para criação do vídeo institucional, que pretende fazer um pequeno resgate dos principais acontecimentos. Mas além dele outros trabalhos também vêm sendo desenvolvidos. Está disponível, na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça, uma exposição com banners que mostram alguns exemplos de ações promovidas pelos Juizados, fotos de magistrados e servidores, além da cópia do primeiro processo do Juizado Especial Criminal de Curitiba, um caso de lesão corporal que terminou em acordo. No site do Projeto também será criado um espaço exclusivo para divulgação de depoimentos de pioneiros.

Ao final das comemorações, e após a reunião dos materiais históricos, será elaborado um documento oficial, impresso, que ficará disponível na biblioteca do Tribunal de Justiça.



Deliberações do CSJEs

Na reunião do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, realizada em 18 de agosto de 2015, o colegiado deliberou pela criação da 4ª Turma Recursal e alteração das competências então reguladas pelo Decreto Judiciário n.º 103-DM, que passaram a ser assim estabelecidas:

1ª Turma Recursal: residual, criminal, trânsito, consórcios e seguros;

2ª Turma Recursal: bancário e planos de saúde;

3ª Turma Recursal: fazenda pública, serviços de telecomunicações, instituições de ensino, empresas aéreas e de transportes terrestres;

4ª Turma Recursal: fazenda pública, serviços de telecomunicações, sociedades de economia mista, salvo as relacionadas a direito bancário.

As Turmas Recursais encontram-se em regime de exceção desde o ano de 2012, sendo, desde então, objeto de especial atenção por

parte da Administração do TJPR, haja vista o aumento substancial do número de processos que ingressam no referido órgão julgador a cada ano.

Neste contexto, seguindo a recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do Programa "Redescobrimos os Juizados Especiais", que incentiva a realização de mutirões de trabalho nas Varas dos Juizados Especiais, três forças-tarefa já foram realizadas para fazer frente ao estoque de processos existente no âmbito das Turmas Recursais. Até o momento, o trabalho resultou no julgamento de cerca de 22 mil processos, dentre mais de 25 mil feitos distribuídos.



Tratativas entre o TJPR e o CAOPCON

Criado em 1994, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, que pretende estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução afins e a eles remeter informações técnico-jurídicas. Da mesma forma, cabe a ele estabelecer o intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados para a obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho das atividades das Promotorias de Justiça do Consumidor.

A partir de março deste ano, a 2ª Vice-Presidência do TJPR, Supervisora do Sistema dos Juizados Especiais, foi procurada pelo Centro, coordenado pelo Procurador de Justiça Doutor Ciro Expedito Scheraiber, para tratar da remessa, pelos juízes, de casos relativos a serviços de telefonia. A partir daí foram mantidas tratativas no sentido de verificar a viabilidade da propositura de ações coletivas relativas a essas demandas que, por serem de massa, eventualmente configurariam danos coletivos aos consumidores.

Foi estabelecido contato entre os Departamentos de Tecnologia da Informação,

tanto do MPPR quanto do TJPR, para que os sistemas processuais das duas instituições possam fornecer elementos à possível propositura de ações civis públicas pelo Ministério Público. O Doutor Maximiliano Deliberador, Promotor de Justiça do Consumidor de Curitiba, também participou ativamente dos debates.

Como resultado desse trabalho foi realizado um contato com a Corregedoria-Geral da Justiça e com o 2º Juizado Especial da Capital, especializado em Telecomunicações, para o desenvolvimento de um sistema que permita a identificação das demandas repetitivas, para eventual ajuizamento de ações coletivas.

O estudo contempla, ainda, a realidade de diversas Comarcas do interior do Estado, em especial aquelas em que verificadas as maiores demandas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

Fóruns Descentralizados Justiça Presente

FÓRUNS DESCENTRALIZADOS DE CURITIBA



JUSTIÇA PRESENTE

Com o objetivo de aproximar e garantir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, desde 2012 o Tribunal de Justiça do Paraná tem apostado na descentralização de algumas das unidades judiciárias de Curitiba, criando o conceito de Fóruns Descentralizados.

Atualmente, estão em funcionamento na Capital três unidades, nos bairros de Santa Felicidade, Pinheirinho e Cidade Industrial. Entre as competências do Fórum Descentralizado estão a de Juizado Especial Cível e Criminal, Infância e Juventude Protetiva, Família e Sucessões e CEJUSC (Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania). Juntos, os três Fóruns são responsáveis por atender 22 bairros que somam mais de meio milhão de curitibanos. Até a metade deste ano, eles contabilizaram mais de 300 mil atendimentos.

Pensando em aprimorar esse trabalho, a 2ª Vice-Presidência do TJPR criou o programa "Fóruns Descentralizados de Curitiba - Justiça Presente". A proposta é criar um plano de ações que viabilize a ampliação do atendimento com a criação de outros 5 Fóruns nas regionais administrativas do Bairro Novo, Boqueirão, Cajuru, Portão e Boa Vista, além da Região Central atendida pela Matriz. Dessa forma, toda

a população de Curitiba estaria contemplada com um atendimento mais próximo e eficaz.

O lançamento do Programa foi realizado durante uma solenidade ocorrida no dia 29 de junho, no Tribunal de Justiça. O evento contou com a participação do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, do 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, além de outros magistrados e secretários municipais.

Sobre o Programa, o Desembargador Fernando Wolff Bodziak declarou: "A marca que ora é lançada remete à moderna concepção de uma Justiça de proximidade, que se desloca para atender o munícipe mais perto de seu domicílio, inserindo-se no cotidiano de cada bairro e de cada regional, em momento oportuno e de muito significado, porque em 2015 os Juizados Especiais completam vinte anos de relevantes serviços prestados à população brasileira, desde a entrada em vigor da Lei 9.099 de 1995".

No mesmo evento, o Tribunal assinou um convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, com o objetivo de tornar o trabalho mais célere e com melhor qualidade. Através dele, equipes do Tribunal de Justiça poderão trabalhar em conjunto com equipes de várias áreas do Município, visando o fortalecimento das relações institucionais e a concretização de ações conjuntas, voltadas a entregar para toda população curitibana uma melhor prestação jurisdicional.



Redescobrimo os Juizados Especiais

Em comemoração aos 20 anos da Lei nº 9.099/95 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, lançou o programa "Redescobrimo os Juizados Especiais". O Objetivo é resgatar os critérios contidos na Lei dos Juizados Especiais, que acabaram se perdendo ao longo do tempo. No Paraná, o Tribunal de Justiça, através de sua 2ª Vice-Presidência, está replicando esse programa com uma série de ações que integram o projeto "20 anos dos Juizados Especiais e os novos desafios do Poder Judiciário".

Dentre as iniciativas do projeto houve um mutirão de instrução e julgamento. Na ocasião, a proposta foi repassada aos magistrados dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais que o desenvolveram no mês de setembro. O relatório final deve ser encaminhado ao CNJ até o final de outubro, mas os dados iniciais comprovam a adesão e empenho de servidores e magistrados que alcançaram um número de mais de 55 mil julgamentos em todo o Estado.

Além disso, como forma de promover o programa Redescobrimo os Juizados Especiais, foi realizado um concurso de artigos jurídicos acerca do resgate dos critérios contidos na Lei dos Juizados. A disputa contou com ampla participação de magistrados, servidores e estagiários do TJPR. Ao final, foram premiados os seguintes autores:

-1º Lugar: José Laurindo de Souza Netto (Desembargador do TJPR – 5ª Câmara Cível), com o artigo "O Juizado Especial como Jurisdição Tecnológica e Afetiva";

-2º Lugar: Gabriela Horny Trento (Técnica de

Secretaria, do 2º Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu), com o artigo "A releitura da Aproximação dos Juizados Especiais dos cidadãos – Lei nº 9.099/1995";

-3º Lugar: Vinícius de Paula Conceição (Estagiário de Graduação em Direito, do Centro de Apoio do Fundo de Justiça – FUNJUS) com o artigo "Ser simples na Justiça".

Além dessas iniciativas, o Projeto "20 anos dos Juizados Especiais e os novos desafios do Poder Judiciário" segue desenvolvendo suas atividades com um cronograma que se estenderá até o final do ano.



TJPR recebe Comitivas de outros Estados



No último ano o Tribunal de Justiça recebeu a visita de magistrados e servidores de outros Estados para conhecer trabalhos e iniciativas desenvolvidos no Paraná.

A primeira delas aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2014, quando foi recebida a comitiva do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, composta pelo Dr. Marcelo Fioravante Rodrigues, Coordenador dos Juizados Especiais do TJMG, pelo Dr. Francisco Ricardo Sales Costa, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais e pelos servidores Joyce Kelly Martins e Renato Cardoso Soares. Eles foram recepcionados pelo Supervisor-Geral dos Juizados Especiais, Des. Fernando Wolff Bodziak e pela equipe da 2ª Vice-Presidência.

A vinda dos mineiros foi motivada pelo interesse em conhecer a estrutura e o modo de funcionamento do Sistema dos Juizados Especiais do Paraná, considerado pelo CNJ um dos melhores do Brasil. Em virtude disso, foi realizada uma visita ao Fórum dos Juizados Especiais da Capital, ao Centro de Apoio às Turmas Recursais e aos Fóruns Descentralizados do Pinheirinho e de Santa Felicidade, onde os visitantes manifestaram especial interesse e admiração pela política de descentralização da Justiça promovida pelo TJPR.

Em julho, no dia 28, foi a vez de receber as magistradas do Tribunal de Justiça do Pará. A comitiva, recepcionada pelo Presidente do TJPR,

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos e pelo Desembargador Ruy Muggiati, Coordenador do Cejusc de 2º grau do TJPR, foi composta pela Desembargadora Dahil Paraense de Souza, Coordenadora do NUPEMEC/TJPA, e pelas Juízas Auxiliares da Presidência, Silvia Mara Costa e Ana Angélica Olegário.

Na ocasião, as magistradas paraenses visitaram as instalações do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de 2º grau, onde colheram informações a respeito das pautas concentradas e ficaram surpresas com os índices de acordos alcançados pelo Centro. Em seguida, foram recebidas pela Juíza de Direito Adriana de Lourdes Simette, no Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, onde tiveram a oportunidade de conhecer a organização dos trabalhos e projetos lá desenvolvidos. Ao final das visitas, as magistradas demonstraram muita satisfação com as estruturas que conheceram e, também, interesse em levar algumas ideias para ao Judiciário paraense.

As manifestações, tanto dos magistrados mineiros quanto das paraenses, foram unânimes em apontar os Fóruns Descentralizados como um modelo de Justiça de vanguarda, único no País, e que merece ser replicado, pois congrega, num mesmo espaço, as políticas de autocomposição e cidadania, em conjunto com o atendimento dos Juizados Especiais, da Família e da Infância e Juventude.

Deliberações do NUPEMEC

No dia 18 de Agosto o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), realizou mais uma reunião ordinária. Dentre as deliberações merece destaque a aprovação da criação de 19 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), no Estado do Paraná. A decisão está em conformidade com a Resolução nº 125/2010-CNJ e as exigências do novo Código de Processo Civil, bem como da Nova Lei de Mediação. Com isso, somados aos 11 CEJUSCs já existentes, o Estado passará a contar com 30 CEJUSCs em funcionamento. A segunda etapa da instalação de novos Centros contemplará as

Comarcas de entrância intermediária, a que se somarão as de entrância inicial, quando da terceira fase do plano.

Na oportunidade, foi aprovada também a criação e instalação do Núcleo de Direitos do Cidadão (NUCID), sob a presidência e coordenação do Desembargador Ruy Muggiati.

O NUCID, cuja organização e estruturação estão em fase de estudos, desenvolverá a política de cidadania do NUPEMEC, fornecendo orientações aos CEJUSCs de todo o Paraná.

Voluntários colaboram para resultados positivos do Cejusc de 2º grau



O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), de 2º grau funciona desde 2011 na Capital. A estrutura é composta por 18 conciliadores e mediadores, sendo que destes, 15 são magistrados aposentados que dedicam seu tempo em prol da Justiça.

Mensalmente o Cejusc de 2º grau realiza cerca de 145 audiências de conciliação nos processos remetidos tanto pelo Tribunal de Justiça, quanto pelas Turmas Recursais, com médias de acordo superiores a 40%. Além disso, só neste ano, foram realizadas 3 pautas concentradas divididas por assunto, responsáveis por realizar mais de 600 audiências.

Para homenagear e agradecer o trabalho voluntário desses conciliadores e mediadores, o Tribunal de Justiça, através de sua 2ª Vice-Presidência, organizou uma confraternização no

dia 22 de setembro. Receberam a homenagem os Desembargadores Accácio Cambi, Antonio Domingos Ramina, Antonio Gomes da Silva, Antonio Martellozzo, Celso Seikiti Saito, Dulce Maria Cecconi, José Ulysses Silveira Lopes, Ruy Francisco Thomaz, e Valter Ressel, os Juizes Alvaro Floriano Paczkoski, Diocélia da Graça M. Fávaro, Edison José Penteadó de Carvalho, Eulalia Navevaiko, José Luiz Dosciatti, a Procuradora do Trabalho Marisa Tiemann, o Militar reformado Timóteo Ribeiro Santos e a servidora Linda Virginia G. Condessa Wolff.

O Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Desembargador Ruy Muggiati, ressaltou o trabalho desenvolvido pelos voluntários: "A peculiaridade dos voluntários que integram o CEJUSC de 2º grau se dá pelo fato de vivenciarem o máximo de suas capacidades intelectuais, levando o conhecimento de uma vida inteira à comunidade e de forma gratuita".

NUPEMEC atua na formação de novos Mediadores e Conciliadores Judiciais



Desde o início de 2015 o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), definiu uma política de formação para mediadores e conciliadores judiciais. A proposta é capacitar esses profissionais, respeitando as regras dispostas na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Para que as ações pudessem acontecer sem onerar o sistema, o TJPR realizou convênios com Instituições de Ensino Superior, contando com a parceria da Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE), e promoveu cursos ministrados por instrutores capacitados pelo CNJ em julho de 2014. Além da parte teórica, a metodologia dos cursos prevê que os participantes sejam submetidos a estágios supervisionados, sendo as ações estruturadas de forma a não sobrecarregar as unidades de CEJUSCs e os servidores disponíveis para a supervisão.

Somente no segundo semestre deste ano, foram concluídos quatro cursos presenciais de capacitação que formaram 107 novos mediadores. Outros cinco cursos, que estão em execução, serão capazes de dobrar esse número até o início de outubro. Para este semestre ainda serão realizadas mais 10 capacitações, além de um novo curso de Formação de Instrutores, que ocorrerá em Foz do Iguaçu.

Dentre os participantes os resultados também são bastante positivos. Em Francisco Beltrão o Coordenador do Curso de Direito da Unipar, Professor Alexandre Magno Augusto Moreira, destacou a qualidade e satisfação em participar da capacitação: "Esta facilitação, que é a característica da mediação, faz com que,

através das técnicas ensinadas no Curso, possamos, na condição de mediadores, resolver situações que muitas vezes escondem-se dentro dos próprios problemas do processo, como mágoas, rancor, dissabores entre as partes. É neste sentido que a lide sociológica tem de ser vista pelos profissionais da área do direito, especialmente nós advogados, como uma forma de entender os reais problemas que cercam uma questão jurídica. Posso dizer hoje que, após o curso, saio maduro e ciente de que a partir de agora, farei uma visão diferenciada, quando da conversa com meus atuais e futuros clientes, bem como com a própria sociedade".

A expectativa é que, até o final do ano, cerca de 500 novos mediadores/conciliadores judiciais tenham suas capacitações reconhecidas pelo CNJ e estejam preparados para a atuação em CEJUSCs e em pautas concentradas.

Para além da capacitação dos mediadores e conciliadores, o NUPEMEC também tem estreitado parceria com a OAB-PR, para garantir o cumprimento do Novo Código de Processo Civil e da Nova Lei de Mediação. No dia 26 de agosto, inclusive, o Desembargador Fernando Wolff Bodziak e o Doutor João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, membros do NUPEMEC, ministraram palestras para cerca de 200 advogados, em curso de mediação e técnicas de negociação realizado pela Escola Superior de Advocacia, na sede da OAB-PR.

Os interessados em participar dos novos cursos podem enviar um e-mail para o endereço: capacitacaonupemec@tjpr.jus.br para serem inseridos em capacitações realizadas próximo a seu domicílio.

Semana Nacional da Conciliação

Anualmente o Conselho Nacional de Justiça promove a Semana Nacional da Conciliação. Em 2015, na sua décima edição, ela deverá ocorrer entre os dias 23 e 27 de novembro, com o slogan: "O caminho mais curto para resolver seus problemas".

A campanha tem como ideia central propagar a pacificação social, o respeito entre as partes e a celeridade na Justiça. O objetivo é mostrar que a conciliação é uma forma rápida, barata e eficaz de solucionar os conflitos.

Durante a semana as atividades são concentradas no sentido de incentivar o acordo no maior número de processos possível em todos os Tribunais do País. No Paraná, o Tribunal de Justiça conta com a adesão dos interessados em conciliar. Para tanto, está disponibilizado, em seu Portal de Notícias, o formulário "Quero Conciliar Semana Nacional da Conciliação 2015". A proposta é que os interessados em participar se inscrevam para que os pedidos sejam encaminhados ao respectivo Juízo, que fará a análise e agendamento da audiência de

conciliação. Também as empresas que tiverem interesse em indicar feitos em que haja possibilidade de acordo, poderão encaminhar informações através do endereço eletrônico nupemec@tjpr.jus.br.

Esse evento já se tornou um marco no Poder Judiciário. Contudo, havendo interesse das partes, a conciliação deve ser realizada a qualquer tempo.

A expectativa do TJPR é mobilizar o maior número de pessoas para promover resultados ainda mais expressivos do que os das últimas edições.

Os Coordenadores desta edição da Semana Nacional da Conciliação são os Desembargadores Ruy Muggiati e Denise Kruger Pereira.



TJPR participa do FONAMEC

O Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), foi criado em 2014 com o objetivo de promover discussões e levantar boas práticas para aprimorar os métodos consensuais de solução de conflitos, através do intercâmbio de experiências. Ele é composto por Coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs), dos Estados e do Distrito Federal, e pelos Magistrados Coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

O primeiro encontro do Fórum foi realizado no mês de abril, em São Paulo. O Tribunal de Justiça do Paraná participou do evento formulando propostas de enunciados e fornecendo subsídios para o desenvolvimento da política judiciária de Autocomposição pelo Conselho Nacional de Justiça.

Durante os dois dias de debates, o FONAMEC reuniu Presidentes e representantes de diversos Tribunais do País, além de magistrados dirigentes dos centros de conciliação, coordenadores dos núcleos permanentes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Advogados. Ao final do Encontro foram criados os primeiros 40 enunciados do Fórum, que objetivam aprimorar o exercício das funções desempenhadas por seus integrantes nos Estados de origem, tendo por escopo, ainda, aperfeiçoar cada vez mais os métodos consensuais de solução de conflitos.

O segundo encontro do FONAMEC será realizado nos dias 22 e 23 de outubro deste ano, novamente em São Paulo, e o Paraná estará representado pelo Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Presidente do NUPEMEC-PR.

FONAMEC

Fórum Nacional da Mediação e Conciliação

TJPR realiza Convênios com Faculdades ampliando as Ações dos CEJUSCs



O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), celebrou convênio com a Faculdade Dom Bosco, objetivando a instalação de mais uma extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Cível de Curitiba, que funcionará no Núcleo de Prática Jurídica da sede Marumby.

A celebração do convênio visa ampliar o atendimento jurisdicional à população, tornando-se mais um local em que será possível a resolução de conflitos através de sessões de conciliação e mediação. O CEJUSC possibilitará a conciliação pré-processual, atendendo conflitos que ainda não foram ajuizados e poderão ser homologados pelos juízes, resguardando a mesma eficácia de título executivo judicial.

Além dos benefícios gerados à comunidade, o convênio possibilitará aos acadêmicos da instituição de ensino atuar como mediadores e conciliadores. Para isso, os alunos e docentes receberão capacitação, além de treinamento para o devido atendimento aos jurisdicionados.

A extensão do CEJUSC possui como juiz coordenador o Dr. João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, e como coordenadora adjunta a Dra. Carla Melissa Martins Tria. O

atendimento será realizado na Avenida Wenceslau Braz, 1172.

Nos mesmos moldes, também foi firmado convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, objetivando a instalação de mais uma extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, que funcionará no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Arthur Thomas.

Referida extensão do CEJUSC possui como juíza coordenadora a Dra. Cláudia Catafesta e como coordenadora adjunta a Dra. Fabiana Leonel Ayres Bressan. O atendimento será realizado na Rua Prefeito Faria Lima, 400, Jardim Maringá.



Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola

O segundo semestre de atividades do programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola", desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência, teve início no dia 04 de agosto de 2015, com a visita de 182 crianças do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Durante a visita, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o Museu, o Tribunal Pleno e o Tribunal do Júri, além de assistir à apresentação da Banda da Polícia Militar.

"A retomada das atividades do Programa é de vital importância para aproximar as crianças e o Poder Judiciário, de forma a desmistificar a ideia de Justiça inatingível, distante, ou até mesmo, inimiga. Ademais, os alunos podem ser considerados como multiplicadores de informações, de modo que os conteúdos extraídos, tanto das cartilhas, quanto da visita, podem ser facilmente incorporados no



âmbito familiar de cada criança", destacou o Desembargador Fernando Wolff Bodziak, 2º Vice-Presidente do TJPR, que recebeu os alunos.

Só em 2015, cerca de 12 mil crianças já participaram do Projeto em todo o Paraná. Até o final do ano, novas escolas deverão ser contempladas no interior do Estado, e também na Capital.

Geração Atitude Retoma as Atividades

Neste segundo semestre, será retomado pela 2ª Vice-Presidência o Projeto Geração Atitude, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a Assembleia Legislativa do Paraná e a Assessoria Especial da Juventude do Governo do Estado. O convênio, que formaliza a segunda etapa do Projeto, foi assinado no dia 17 de agosto.

O projeto tem como principal objetivo apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, promovendo a participação social



e o protagonismo juvenil. A intenção é levar o projeto a estudantes de ensino médio de escolas públicas do Paraná, em três ações distintas: "Geração na Escola", em que atividades são realizadas nas escolas, com o apoio de Juízes e Promotores; "Gincana da Cidadania", programa de televisão de cunho educativo-cultural a ser gravado na Capital e no interior do Estado; e a "Caravana da Cidadania", ocasião em que um concurso selecionará as melhores ideias de estudantes para mudar o Paraná e os vencedores virão à Curitiba conhecer as sedes do Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, além de pontos turísticos da Capital.

A proposta é que nesse semestre as atividades do Geração Atitude sejam ampliadas. Além dessas ações, estão programadas palestras e aulas sobre o funcionamento dos três Poderes. Além disso, os alunos vão aprender a elaborar projetos de lei, emendas e decretos legislativos. A expectativa é de que até o final do ano, 160 escolas, dos 32 Núcleos de Educação da rede estadual, participem do Projeto.

Visita ao Tribunal dos alunos do IFPR



No dia 23 de junho, aproximadamente 90 alunos do terceiro ano do Ensino Médio Técnico em Administração e Técnico em Contabilidade, bem como acadêmicos do primeiro ano do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, todos do Instituto Federal do Paraná, visitaram o Tribunal de Justiça do Estado. A visita foi uma forma de complementação às disciplinas de "Direito e Legislação" e "Fundamentos do Direito Público e Privado", da grade curricular dos estudantes.

Na ocasião, os jovens foram recepcionados no Tribunal Pleno pelo Desembargador Fernando Wolff Bodziak, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, que abordou assuntos sobre o funcionamento do Poder Judiciário em seus 1º e 2º graus de jurisdição, assim como um breve relato sobre a carreira da magistratura e alguns pontos correlatos à seara da cidadania.

Após, os estudantes foram divididos em pequenos grupos e direcionados até as Câmaras Cíveis, onde assistiram uma sessão de julgamento.

A visita ao Tribunal de Justiça aconteceu sob a supervisão dos professores Cícero José Albano, Ciro Bachtold e Claudir Schmidlin, e ocorreu como última fase do Projeto, na medida em que os alunos já haviam visitado as sedes dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado.

APAC de Barracão

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), é uma entidade que se dedica à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. É um método de execução penal, aplicado permanentemente no cumprimento de penas no regime fechado e semiaberto.

O método foi criado em 1972, em São José dos Campos, São Paulo, mas foi na cidade de Itaúna, Minas Gerais, que o trabalho ganhou notoriedade a partir dos anos 80. No Paraná, a cidade de Barracão foi pioneira na instalação da Associação. A Magistrada Branca Bernardi é quem comanda as atividades da APAC no Município desde 7 de novembro de 2012. "Nosso grande propósito é proporcionarmos um tratamento digno aos recuperandos e mantermos a APAC como uma verdadeira escola, que não fora cursada na época certa, mas que surge, agora, como a grande opção para a verdadeira e sólida ressocialização", destaca a Juíza.

A aplicação do método é realizada por funcionários e voluntários, que seguem a metodologia sugerida pela Fraternidade

Brasileira de Assistência ao Condenado (FBAC), trabalhando com técnicas de valorização humana e de resgate da autoestima.

Até o momento, cerca de 90 recuperandos já estão em liberdade após passarem do regime fechado, para o semiaberto, até chegar ao regime aberto.

O custo das despesas da instituição está sob a responsabilidade do Governo do Estado, mas a participação da comunidade, de empresários e das administrações municipais também tem papel decisivo para o desenvolvimento das atividades.



Juizado Móvel de Trânsito

O projeto Juizado Móvel de Trânsito, implementado pela Magistrada Liéje Aparecida de Souza Gouvêia, funciona desde 2011 disponibilizando à população de Maringá atendimento jurídico, de forma gratuita, visando à conciliação/mediação. O trabalho é feito por servidores capacitados que se deslocam até a ocorrência, num veículo equipado para o atendimento dos envolvidos.



O objetivo do projeto é proporcionar a rápida solução dos conflitos, colaborando com a cultura de que todos somos responsáveis pela qualidade do trânsito de nossa cidade, em especial os condutores de veículos, pedestres e ciclistas. A equipe conta com cinco conciliadores e um policial militar do Batalhão de Trânsito (BPTAN) que presta assessoramento técnico aos conciliadores.

Para que a van se dirija até o local, basta que os serviços sejam solicitados pelo telefone 190 ou 0800-644-7044. No local é realizada a tentativa de autocomposição, sendo que, havendo acordo, o termo é digitalizado e posteriormente cadastrado no sistema PROJUDI, para homologação de um dos juízes competentes. O atendimento aos envolvidos em colisões acontece de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 19h00.

Até maio deste ano, foram realizados 74 atendimentos, dos quais 70% resultaram em acordo.

Combate à Evasão Escolar

Criado em 2008, pelo Juiz de Direito Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, o Programa de Combate à Evasão Escolar objetiva evitar que jovens estudantes da rede pública de ensino dos municípios pertencentes à Comarca de União da Vitória deixem a escola.

A principal meta do projeto é o diálogo. Através de audiências públicas conduzidas pelo magistrado, com pais e alunos, são esclarecidas diversas questões referentes às consequências prejudiciais de tirar o filho da escola, à importância do aprendizado e ao direito à educação, preceitos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e Adolescente, entre outras.

Além disso, o trabalho também atua de forma preventiva, acompanhando a família e a escola, avaliando inclusive, o aproveitamento escolar dos alunos. Para tanto, foi criada uma rede de atendimento às crianças e aos adolescentes, que de maneira efetiva, trabalha em conjunto, com participação espontânea de todos os entes públicos, não apenas na área da educação, mas também, em todas as outras frentes de atendimento das demandas

envolvendo crianças e adolescentes.

Uma novidade do programa é o encaminhamento de pais e filhos, que insistentemente abandonaram os estudos mesmo depois de participar das audiências públicas, ao Núcleo Regional de Educação. Cabe a ele, juntamente com o Juízo da Infância e Juventude, a promoção de um curso com caráter pedagógico. Para as hipóteses mais graves, tanto os jovens quanto os pais, são direcionados ao Juizado Especial Criminal, por prática do crime de abandono intelectual.

O Núcleo Regional de Educação de União da Vitória estima que, por ano, aproximadamente 700 famílias recebam o auxílio e as orientações oferecidas pelo Programa. Até o momento a iniciativa conseguiu reduzir em aproximadamente 50% os índices de evasão escolar nas cidades de União da Vitória, Cruz Machado, Porto Vitória, Bituruna, General Carneiro, Paula Freitas e Paulo Frontin.

Neste ano, pelo menos 6 audiências públicas já foram realizadas entre os meses de agosto e setembro.

Projeto Resgatando Vidas

O projeto Resgatando Vidas surgiu na Comarca de Cornélio Procópio em 2011 com a finalidade de retirar crianças e adolescentes das ruas. Para tanto, o projeto criou uma Associação, que funciona com o trabalho de voluntários oferecendo uma série de atividades culturais, religiosas e desportivas. Além disso, presta assistência social e psicológica e orientações acerca do funcionamento do Poder Judiciário.

Para a realização dos trabalhos, a Associação trabalha em parceria com Universidades Públicas e Privadas, Sindicato Rural e Município, que cedem o espaço físico para realização dos projetos em diversos bairros da Comarca. Dessa forma são realizadas atividades em artesanato, capoeira, karatê, jiu-jitsu, natação, espanhol, inglês, informática e cinema, incluindo, quando necessário, acompanhamento por assistente social. A instituição atua como organizadora e mantenedora, fornecendo transporte e os materiais necessários, além de roupas e alimentação.

Idealizadora e colaboradora das atividades desde a sua fundação, a Dra. Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez Dias é responsável por acompanhar as crianças e adolescentes nas visitas ao Fórum. Lá elas conhecem as instalações e recebem uma breve explicação acerca da atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos advogados. Anualmente o Fórum também promove a formatura dos projetos realizando um evento de entrega de certificados e coquetel.



A magistrada destaca que a proposta era fazer um trabalho preventivo junto às crianças e adolescentes, e que a partir daí procurou parcerias. "Atuando na Comarca de Cornélio Procópio desde o ano de 2007, senti a necessidade de realizar um trabalho preventivo junto às crianças e aos adolescentes. Mantendo contato com pessoas da comunidade, atuantes junto ao Conselho Tutelar, Assistência Social do Município, Secretaria de Educação, entre outros órgãos, notei que o interesse e a preocupação eram comuns. Passamos a nos reunir e definir a forma de atuação, além de mobilizar voluntários que tivessem interesse em participar da entidade. Contatamos diversas instituições que se dispuseram a colaborar. Assim, utilizamos os espaços cedidos pelo Município, Universidades, Sindicato, etc., para realização dos projetos. Enfim, o trabalho é gratificante e nos enche de alegria!", declara a Juíza Vanessa Gimenez.

Anualmente, a Associação atende cerca de 80 crianças e adolescentes, de 09 a 15 anos.

